



## Gestão de conflitos homem-fauna bravia nas áreas de conservação em Moçambique: caso do Parque Nacional de Maputo

 <https://doi.org/10.47236/2594-7036.2026.v10.1995>

Mirza Mussagy Fajalbay Jumá<sup>1</sup>  
Hélsio Amiro Motany De Albuquerque Azevedo<sup>2</sup>  
Mussá Abdul Remane<sup>3</sup>



Data de submissão concluída: 22/1/2026. Data de aprovação: 17/4/2026. Data de publicação: 10/6/2026.



**Resumo** – A presente pesquisa tem como objetivo, compreender o processo de gestão de conflitos homem-fauna bravia no Parque Nacional de Maputo, em Moçambique, com principal enfoque ao conflito com os elefantes. Para o alcance do objetivo estabelecido, foram usados os métodos de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas não estruturadas e a observação. A análise e interpretação dos dados foi feita com base na sua triangulação. Os resultados obtidos mostram que há tendência de aumento de casos de conflitos homem-fauna bravia na província de Maputo e, em especial no Parque Nacional de Maputo. Isso se expressa também nas relações instáveis entre as comunidades e a administração do parque. Fatores como a ocupação desordenada da terra aliada à falta de iluminação nas residências, os traumas deixados aos elefantes em particular pela guerra, o aumento do número de elefantes e a busca pela alimentação, são considerados como influenciadores dos conflitos. Os resultados apontam que impactos gerados pelos conflitos resumem-se na destruição de culturas, ferimento e morte de pessoas. Para a resolução desses conflitos, são adotadas medidas como afastamento, abate de animais problemáticos, vedação dos campos agrícolas e vedação do Parque. Deste modo, recomenda-se a participação de todos os atores envolvidos nos conflitos Homem-Fauna Bravia como forma de encontrarem soluções adequadas para este cenário.



**Palavras-chave:** Conservação. Conflitos Homem-fauna bravia. Gestão. Parque Nacional de Maputo.

### Management of human-wildlife conflicts in conservation areas in Mozambique: the case of Maputo National Park

**Abstract** – This research aims to understand the process of managing human-wildlife conflicts in Maputo National Park, Mozambique, with a primary focus on conflict with elephants. To achieve this objective, bibliographic and documentary research

<sup>1</sup> Mestranda em Gestão de Áreas de Conservação na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da Universidade Pedagógica de Maputo. Técnica Superior do Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção de Moçambique. Cidade de Maputo, Moçambique.  [mirzajuma@gmail.com](mailto:mirzajuma@gmail.com)  
 <https://orcid.org/0009-0007-8959-2370>

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Professor Associado, atuando no Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática da Faculdade de Educação e no Departamento de Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, da Universidade Eduardo Mondlane. Cidade de Maputo, Moçambique.  [helazevedo@uem.mz](mailto:helazevedo@uem.mz)  <https://orcid.org/0000-0003-4368-8004>  
<http://lattes.cnpq.br/4767087808061446>

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Pedagógica de Maputo. Professor Assistente na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da Universidade Pedagógica de Maputo. Cidade de Maputo, Moçambique.  [mareman2@gmail.com](mailto:mareman2@gmail.com)  <https://orcid.org/0000-0002-4665-4822>  
<http://lattes.cnpq.br/1457858453205999>

methods, non-structured interviews, and observation were used. Data analysis and interpretation were based on triangulation. The results show a trend of increasing cases of human-wildlife conflict in Maputo province, and especially in Maputo National Park. This is also reflected in the unstable relationships between communities and park management. Factors such as disordered land occupation coupled with lack of lighting in homes, the trauma caused by war to elephants in particular, the increase in the number of elephants, and the search for food are considered to influence the conflicts. The results also indicate that the impacts generated by the conflicts are summarized in the destruction of crops, injury, and death of people. To resolve these conflicts, measures such as scaring away and culling problematic animals, fencing off agricultural fields, and enclosing the park are adopted. Therefore, the participation of all actors involved in human-wildlife conflicts is recommended as a way to find appropriate solutions.

**Keywords:** Conservation. Human-wildlife conflicts. Management. Maputo National Park.

### **Gestión de conflictos entre humanos y fauna silvestre en áreas de conservación en Mozambique: el caso del Parque Nacional de Maputo**

**Resumen** – La presente investigación tiene como objetivo comprender el proceso de gestión de los conflictos entre humanos y fauna silvestre en el Parque Nacional de Maputo, Mozambique, con especial atención a los conflictos con los elefantes. Para lograr este objetivo, se utilizaron métodos de investigación bibliográfica y documental, entrevistas no estructuradas y observación. El análisis e interpretación de los datos se basaron en la triangulación. Los resultados muestran una tendencia al aumento de los casos de conflicto entre humanos y fauna silvestre en la provincia de Maputo, y especialmente en el Parque Nacional de Maputo. Esto también se refleja en las relaciones inestables entre las comunidades y la administración del parque. Factores como la ocupación desordenada de la tierra, junto con la falta de iluminación en las viviendas, el trauma causado por la guerra, el aumento de la población de elefantes y la búsqueda por la alimentación, se consideran factores que influyen en los conflictos. Los resultados también indican que los impactos generados por los conflictos se resumen en la destrucción de cultivos, lesiones y muertes de personas. Para la resolución de estos conflictos, se adoptan medidas como el ahuyentamiento, sacrificio de animales problemáticos, cercado de los campos agrícolas y el cercado del Parque. De este modo, se recomienda la participación de todos los actores involucrados en los conflictos entre Hombre-Fauna Silvestre como vía para encontrar soluciones adecuadas para este escenario.

**Palabras clave:** Conservación. Conflictos Hombre-fauna silvestre. Gestión. Parque Nacional de Maputo.

### **Introdução**

As Unidades de Conservação são geradores de conflitos socioambientais pelo fato de estas serem estabelecidas em territórios já ocupados ou utilizados por populações tradicionais e outros (Cezar; Barreto; Nascimento, 2010 *apud* Pereira, 2018). Tratam-se de conflitos gerados com as comunidades que nelas estão inseridas, seja pela perda do território, restrição no uso de recursos naturais e até mesmo pelos impactos no cotidiano e na cultura local (Da Silva *et al.*, 2017). A maioria desses conflitos socioambientais ocorrem nas Áreas de Conservação (AC's) de categoria de

Proteção Integral, principalmente nos Parques Nacionais, e envolve a restrição dos usos dos recursos da área por comunidades tradicionais e outras populações locais (Pereira, 2018).

Para além de conflitos socioambientais que ocorrem nas AC's e seus arredores, também ocorrem Conflitos Homem-Fauna Bravia (CHFB). Segundo MEA (2005) *apud* Julião (2024), o CHFB, está a tornar-se uma ameaça crítica à sobrevivência de muitas espécies globalmente ameaçadas, incluindo os grandes e raros mamíferos. Este conflito é considerado problema, uma vez que afeta as populações humanas mais pobres e vulneráveis em termos de segurança alimentar (USIP, 2001 *apud* Julião, 2024).

Os CHFB tendem a aumentar à medida que o Homem invade as áreas de fauna selvagem e, potencialmente, à medida que a fauna selvagem repopula paisagens dominadas pelo Homem (UICN, 2023). Neste sentido, é importante entender a decorrência do processo, incluindo os fatores da sua origem e as respectivas consequências. Isso possibilita idealizar as medidas estratégicas de mitigação de modo a se alcançar o desenvolvimento sustentável almejado.

A presente pesquisa analisa o processo de gestão de Conflitos Homem-Fauna Bravia (CHFB) no Parque Nacional de Maputo (PNAM) em Moçambique com foco nos elefantes, reconhecendo que existem outros animais que entram em conflito com os humanos. No entanto, conflitos entre o Homem e a fauna bravia, podem ser classificados em antropogénicos ou naturais (Moçambique, 2009). São antropogénicos ao ocorrerem quando o homem explora novas áreas do ecossistema ocupando as rotas migratórias de animais bravios para a prática da agricultura e para construção de habitação, pastoreio excessivo, desmatamento por corte de árvores e arbustos ou por queimadas, coleta ilegal de capim e caça ilegal (Moda, 2023).

Os conflitos de origem natural, ocorrem devido ao comportamento animal ligado a fatores como recolonização ou expansão de novas áreas, mudanças na migração (realizados por muitas espécies de aves e grandes mamíferos), necessidades alimentares (leopardos exploram áreas com altas populações de cães selvagens ou domésticos), e comensalismo (certas espécies como macacos e porcos selvagens tem capacidade de se adaptar a ambientes antrópicos) (UICN, 2023).

O CHFB gera impactos significativos tanto para saúde, segurança e bem-estar dos humanos, quanto para a biodiversidade e saúde dos ecossistemas (Nyhus, 2016). Tais impactos podem ser diretos, indiretos, psicossociais e de custos de oportunidade (UICN, 2023).

Para mitigar os CHFB, podem-se adotar diversas medidas como: afugentar, capturar ou abater animais que representam perigo (Moda, 2023). A lei moçambicana de florestas e fauna bravia, no artigo n.º 25, estabelece que é permitida a caça de animais bravios em defesa de pessoas e bens, quando não seja possível o afugentamento ou captura ( Moçambique, 1999).

Especificamente, para reduzir predações de gado, podem ser implementadas medidas como: separação de gado e carnívoros por meio de cercas à prova de predadores, confinamento de gado à noite ou durante o mau tempo, eliminação adequada de carcaças, ajuste das épocas de parição, e guardando o gado ( Treves *et al.*, 2004 *apud* Julião, 2024).

Outras medidas como compensação financeira pelos danos causados pelos animais selvagens, animais de guarda, construção de barreiras, podem ser implementadas com vista a reduzir os impactos desse conflito (Souza *et al.* 2024; Cavalcanti *et al.* 2015).

Os objetivos específicos da presente pesquisa consistem em identificar os principais conflitos ocorridos no PNAM; descrever os fatores de origem dos CHFB e os respectivos impactos e aferir as medidas adotadas para a redução dos mesmos. Para responder aos objetivos acima mencionados, usou-se a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a visita realizada ao parque que possibilitou a obtenção dos dados através das entrevistas não estruturadas e da trilha guiada.

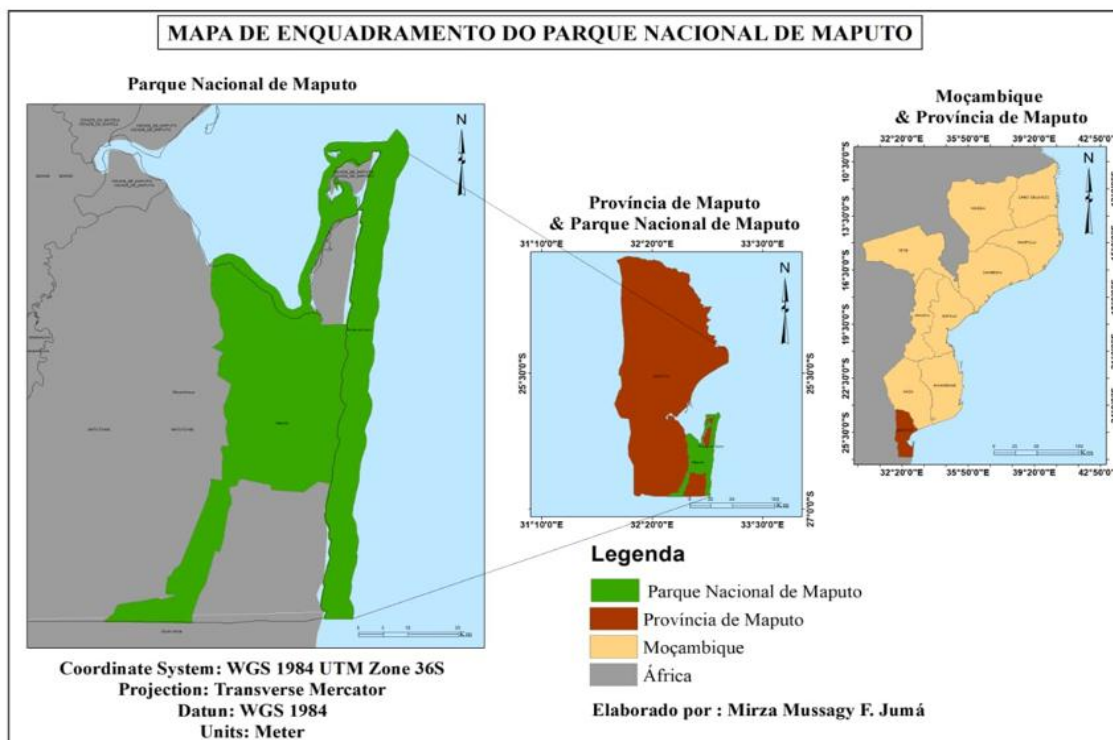
Este artigo é composto por cinco partes nomeadamente: introdução; materiais e métodos; resultados e discussões que incluem fatores de origem de CHFB no PNAM, impactos dos CHFB sobre as pessoas e sobre os animais bravios (elefantes) no PNAM e medidas para a resolução dos CHFB no PNAM; considerações finais e referências.

### **Materiais e métodos**

Moçambique possui um conjunto de Áreas de Conservação (AC's) distribuídas por todo o território com diversos sistemas ecológicos, ricos em espécies endêmicas (Cossa, 2023). Essas áreas de conservação estão divididas em duas categorias nomeadamente: AC's total e AC's de uso sustentável. De acordo com Sal & Caldeira Advogados, LDA (2014:15) as AC's total são "áreas de domínio público, destinadas à preservação dos ecossistemas e espécies sem intervenção de extração dos recursos, admitindo-se somente o uso indireto dos recursos naturais". Estas áreas são classificadas em: reserva natural integral, parque nacional, e monumento cultural e natural (Moçambique, 2017). Sal & Caldeira Advogados, LDA (2014 :17) referem ainda, que as AC's de uso sustentável são "áreas de domínio público e de domínio privado, destinadas à conservação, sujeito a um manejo integrado com permissão de níveis de extração dos recursos, respeitando limites sustentáveis de acordo com os planos de manejo". Estas áreas são classificadas em: reserva especial, área de proteção ambiental, coutada oficial, área de conservação comunitária, santuário, fazenda de bravio, e parque ecológico municipal (Moçambique, 2017).

O Parque Nacional de Maputo é uma área de conservação total. Este foi estabelecido no ano 2021, pelo decreto nº 100/2021 de 31 de dezembro, e tem uma área com uma extensão de 1.718 km<sup>2</sup> (ANAC, 2022). O PNAM integra o núcleo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Maputo, constituído por duas componentes nomeadamente: terrestre e marinha. A componente terrestre é constituída pela extinta Reserva Especial de Maputo e cobre uma área de 1.040km<sup>2</sup> de extensão; e a marinha é constituída pela extinta Reserva Marinha Parcial de Ponta de Ouro, cobrindo uma área de 678km<sup>2</sup>, (ANAC, 2022). Esse parque, está localizado na Província de Maputo (Figura 1), abrangendo uma grande parte do Distrito de Matutuine e menor parte da ilha de Inhaca, e inclui ecossistemas costeiros, terrestres e marinhos (ANAC, 2022).

### **Mapa 1 - Localização geográfica do PNAM**



Fonte: Elaboração própria (2026) com base em ANAC (2022).

Historicamente, o PNAM era uma coutada (reserva de caça) que foi evoluindo e os limites foram alterados, passando a ser designado de reserva dos elefantes de Maputo. Mas o processo não parou por aí, houve reintrodução de fauna bravia passando a ser redesignado de Reserva Especial de Maputo, os limites foram alterados novamente, e o percurso continuou até chegar ao PNAM, declarado sítio do Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 2025 (Quadro 1).

**Quadro 1** - Percurso da criação do PNAM

Ano	Acontecimento
1932	Foi reconhecida a Reserva de Maputo como uma concessão para caça (coutada)
1960	Houve alteração dos limites da Reserva e esta área foi designada de Reserva de Elefantes de Maputo
1969	Reintrodução da fauna bravia, e esta foi redesignada de Reserva Especial de Maputo em reconhecimento da sua diversidade de fauna e flora
2009	Foi proclamada a Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro
2011	O corredor Futi foi incorporado na Reserva Especial de Maputo para permitir a circulação dos mamíferos de grande porte entre Moçambique e o Parque dos Elefantes Tembe na África do Sul
2017	A Reserva Especial de Maputo (REM) e a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro (RMPPO) passam a ser administradas por um único Administrador
2019	Foi promulgada a Área de Proteção Ambiental de Maputo, a qual incluía Reserva Especial de Maputo e Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro como as principais áreas protegidas.
2021	Extinção da REM e da RMPPO. Criação do PNAM e da respectiva zona tampão

Fonte: ANAC (2022)

Neste contexto, para alcançar os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental sobre conflitos nas AC's e, em

particular, sobre CHFB. A pesquisa bibliográfica consistiu na busca de trabalhos realizados e publicados sobre a temática de estudo em livros, artigos, teses, dissertações e monografias. Trata-se de fontes eletrônicas buscadas no Google Acadêmico e selecionadas em função da sua relevância para o estudo.

A busca pelo material bibliográfico foi feita no período entre agosto a novembro de 2025 e janeiro de 2026, e foram usadas como palavras-chave: gestão de conflitos Homem-fauna bravia; conflitos entre humanos e animais selvagens/fauna silvestre em unidades de conservação; impactos dos conflitos entre humanos e animais selvagens; medidas de mitigação dos conflitos entre humanos e animais bravios; medidas para redução dos conflitos entre humanos e fauna silvestre; conflitos entre humanos e elefantes; comportamento dos elefantes e Parque Nacional de Maputo. Desta pesquisa, foram obtidos 50 resultados dentre os quais, 30 foram considerados mais relevantes para esta pesquisa. Sendo estes: uma tese de doutorado de Kouely (2023); 4 dissertações de mestrado nomeadamente: Cuco (2011), Chiúre (2019), Julião (2024), e Tomás (2024); 4 monografias a saber: Clavete (2014), Pereira (2018), Cossa (2023), e Chongola (2024), 4 livros eletrônicos dentre estes Cavalcanti *et al.* (2015), e 17 artigos científicos dentre estes: Conjo *et al.* (2022), Cardoso & Mkanage (2023); entre outros.

A pesquisa documental consistiu na busca de informações sobre a temática de estudo em documentos oficiais tais como: relatórios, leis e regulamentos. Assim, foram usadas a Lei de Florestas e Fauna Bravia; a Estratégia de Gestão do Conflito Homem/Fauna Bravia; relatórios da ANAC sobre CHFB; informação obtida a partir da página *web* da Administração Nacional das AC's, dos jornais periódicos nacionais e dos canais televisivos.

Os dados sobre os conflitos também foram obtidos a partir da visita efetuada ao PNAM, no dia 28 de mês de agosto do ano 2025. Durante a visita foi feita uma reunião com o Administrador do Parque (AP) que teve duração de duas horas, onde foram colocadas várias questões sobre aspetos relacionados aos fatores que causam CHFB, sobre os impactos gerados por estes conflitos, além de medidas adotadas na resolução dos CHFB. Igualmente, foram feitas entrevistas não estruturadas dirigidas a um dos fiscais do parque durante a trilha guiada por dois Fiscais do Parque (FP), que consistiram na exploração de aspetos ligados aos fatores que causam CHFB e impactos gerados por estes conflitos. Ainda, no decorrer da trilha guiada, foram feitas observações simples da paisagem, através das quais foi possível observar que uma área do parque está vedada e outra não está vedada.

Neste contexto, importa mencionar que a trilha guiada durou três horas, e as entrevistas não estruturadas tiveram duração de uma hora. No entanto, dentre as questões colocadas nas entrevistas e na reunião com o administrador do Parque destacam-se: quais são as espécies de animais bravios que existem no PNAM? Tem conhecimento da existência de conflitos Homem-fauna bravia no PNAM? Quais são as espécies de animais envolvidas nesses conflitos? Sobre os fatores que causam conflitos foram colocadas várias questões tais como: quais são as reais causas por trás dos CHFB? Onde ocorrem esses conflitos (rios, machambas, casas, caminho, outros)? Houve crescimento da população de elefantes? Quais são os hábitos alimentares dos elefantes? Existe algum tipo de vedação nas residências e nas machambas (campos agrícolas)?

Sobre os impactos gerados pelos conflitos Homem-fauna bravia, foram colocadas as seguintes questões: existe algum registo de pessoas atacadas por elefantes? Desses ataques, houve registo de pessoas feridas e mortas? Os elefantes destruíram algum bem material da comunidade? Quais foram os bens destruídos? No

caso de perda de produção agrícola ou algum outro bem, existe alguma forma de compensação pelos danos causados as vítimas afetadas? No caso de morte de pessoas da comunidade vítimas de ataque de algum animal bravo, quem assume as despesas fúnebres? Existe alguma indenização para a família do malgrado ou outro tipo de apoio ou compensação?

No que diz respeito às medidas adotadas na resolução dos CHFB no PNAM, foram colocadas as seguintes questões: o que está a ser feito para reduzir o CHFB? Quem faz o afugentamento dos animais (elefantes)? Qual é o material usado no afugentamento? Quem faz o abate dos animais problemáticos (elefantes)? Quem faz as vedações das machambas (campos agrícolas) e qual é o material usado?

Os entrevistados foram selecionados pela sua experiência em situações relacionadas aos CHFB e pelo tempo de serviço no PNAM, pois, estes têm mais de 20 anos de serviço na conservação. Foram feitas duas entrevistas com duração de 30 minutos para cada uma das entrevistas. As informações obtidas no decorrer das entrevistas e da reunião foram anotadas no bloco de notas e gravadas através de um telemóvel, para posterior análise. As informações gravadas foram escutadas e anotadas sem usar nenhum software.

A análise e interpretação dos dados foi feita com base na triangulação dos dados obtidos a partir da revisão bibliográfica e documental, bem como das visitas efetuadas no campo. Assim, os dados do campo foram apresentados através da transcrição dos depoimentos ou das comunicações pessoais.

As comunicações pessoais são primárias, pois, foram extraídas através da interação direta *face to face* (cara a cara) entre os pesquisadores e os entrevistados. A transcrição dos depoimentos e das comunicações pessoais foi feita de forma literal, isto é, houve transcrição de palavra por palavra do que foi dito pelos entrevistados.

No processo de triangulação, os dados obtidos foram classificados em três tópicos principais nomeadamente: fatores de origem dos CHFB no PNAM, impactos do CHFB sobre as pessoas e sobre os animais no PNAM, e medidas adotadas para a redução dos CHFB no PNAM. Esta triangulação foi feita com documentos oficiais, e outros materiais adquiridos na pesquisa bibliográfica.

### **Limitações metodológicas**

Apesar da pesquisa aplicar uma metodologia adequada para alcançar os objetivos desenhados, importa referir que o estudo não abrangeu as comunidades afetadas pelos CHFB para aferir os danos percebidos, limitando-se apenas aos gestores do PNAM, devido às dificuldades de acesso às comunidades residentes no interior do parque, e à ausência de uma viatura de tração 4X4 que permitisse a circulação no interior do parque com segurança durante a visita de estudo.

O estudo não traz consigo dados quantitativos relacionados ao número de casos de conflitos ocorridos no interior do PNAM, porque estes não são descritos em números nos relatórios do PNAM, mas sim como chamadas telefônicas feitas nos mecanismos de queixas e reclamação adotado pelo PNAM.

Entretanto, depois da visita de estudo realizada ao parque, no dia 28 de agosto de 2025, os pesquisadores decidiram aprofundar mais a pesquisa sobre CHFB com destaque para os elefantes, mas, não tiveram a autorização do parque para dar continuidade com a pesquisa, sob a alegação de que o estudo similar tinha sido desenvolvido, mas sem evidências da existência do mesmo ou disponibilização por parte do PNAM.

O mapa é limitado, pois não apresenta locais com maior concentração de elefantes, visto que, a informação da localização destes é confidencial para

salvaguardar a segurança dos próprios animais, pois os elefantes são muito procurados pelos caçadores furtivos por conta dos seus marfins que são muito valiosos para o mercado clandestino deste tipo de produtos.

Contudo, as limitações da pesquisa não invalidam os resultados, pois, estes continuam válidos e confiáveis porque o CHFB no PNAM é uma realidade que tem sido relatada na mídia nacional e urge compreender como o fenômeno ocorre e como este poderá ter soluções efetivas para o problema. Outrossim, espera-se que este trabalho desperte, nas autoridades competentes de gestão das áreas de conservação, maior atenção para um problema real e cíclico.

### **Delimitação da pesquisa**

A pesquisa tem como foco a gestão de conflitos entre humanos e elefantes numa área de conservação bem conhecida a nível nacional e internacional, isto é, trata-se do PNAM, localizado na província de Maputo em Moçambique. Nesta pesquisa são priorizados conteúdos relacionados aos fatores de origem dos conflitos, os impactos negativos dos conflitos tanto para as pessoas assim como para os animais e as medidas adotadas para a redução dos conflitos entre humanos e elefantes. Apesar do PNAM ter várias espécies de animais selvagens, dentre eles macacos, girafas, crocodilos, e outros, a pesquisa restringe-se apenas aos elefantes por ser a espécie que mais está envolvida em conflitos com as comunidades locais, conforme reportado na mídia nacional.

A pesquisa limitou-se ao período entre o ano 2023 e 2025, tendo em vista que entre 2021 e 2023 o PNAM estava na fase de amadurecimento devido a nova tipologia de área de conservação que adoptou (ao juntar duas reservas) e pela necessidade de ajustamento a nova realidade, incluindo a participação dos autores em pesquisas relacionadas a conservação com foco no CHFB.

### **Resultados e discussões**

#### **Ocorrência de conflitos Homem-fauna bravia no Parque Nacional de Maputo**

Nas áreas de conservação em Moçambique tem-se registado um crescimento de casos de CHFB (ANAC, 2024a; 2024b). Dados de 2023 indicam que a província de Maputo, na qual se localiza o PNAM, ocupou o segundo lugar em termos de registo de casos de conflito Homem-fauna bravia, com um número total de 85 casos. Entretanto, este número aumentou para 98 casos em 2024 (ANAC, 2024a; 2024b).

Assim, os Parques Nacionais são exemplos das AC's onde se registam ocorrências de conflitos relacionados, sobretudo, com a retirada compulsória (reassentamento) da população residente no seu interior e com a disputa entre as comunidades e os animais no acesso aos recursos para a sobrevivência. Estes conflitos têm-se expressado em relações instáveis entre as comunidades e a administração dos parques. Por exemplo, segundo o AP (Informação verbal, 2025)<sup>4</sup> a relação entre a administração do PNAM e as comunidades é instável, porque com o trabalho do pessoal de fiscalização, a caça reduziu, e como a população de elefantes não é caçada, esta aumentou consideravelmente resultando no aumento do CHFB. Neste contexto, a ANAC (2022) refere que os assentamentos populacionais dentro e fora do parque tem sido palco de CHFB.

Portanto, a ocorrência de conflito Homem-fauna bravia nos parques nacionais, especificamente, no PNAM constitui uma preocupação maior tanto para a ANAC,

---

<sup>4</sup> AP (Administrador do Parque Nacional de Maputo). Entrevista concedida no dia 28 de Agosto de 2025, no Parque Nacional de Maputo, Distrito de Matutuine, Província de Maputo, Moçambique

como para os gestores dos parques, bem como para as comunidades afetadas. Esta preocupação foi enfatizada também pelo AP (Informação verbal, 2025) ao referir que a “mitigação do conflito Homem-fauna bravia é uma grande preocupação, pois, as pessoas produzem e vê seu rendimento de três meses dizimado numa única noite e por lei o estado não compensa pelos danos causados”. Todavia, ao analisarem-se os relatórios anuais do PNAM (2023 e 2024), constata-se que os conflitos não são quantificados por tipologia de animal causador, mas por chamadas que as comunidades fazem a linha direta criada pelo PNAM, para comunicação de situação de invasões a habitações, destruição de infraestruturas e áreas agrícolas, e ameaças de pessoas (PNAM, 2024, 2025).

A título de exemplo, no ano de 2024, segundo o PNAM (2025:22), o impacto do CHFB resumiu-se nos seguintes danos:

128 casos de destruição de diversas culturas por elefantes e hipopótamos (abóbora, alface, amendoim, banana, batata-doce, batata reno, caju, cana-de-açúcar, coqueiro, couve, feijão, feijão nhemba, feijão verde, mandioca, manga, maracujá, melancia, milho, quiabo, pepino, papaia e tomate). As culturas danificadas encontravam-se entre as fases de rebento, intermédia e de colheita; 238 casos de perturbação de pessoas em zonas residenciais por elefantes, felinos (espécies não identificadas), hipopótamos e mabecos; 18 casos de destruição de propriedade (curral, fiação eléctrica, vedação simples, vedação eléctrica, torneira e poço) por elefantes; 2 casos de ferimento por hipopótamo.

Para além do PNAM, pode-se citar o exemplo do Parque Nacional do Limpopo (PNL), onde as comunidades reclamam do fato de os animais bravios como elefantes e búfalos destruírem as suas culturas e, registarem-se mortes de pessoas protagonizadas por crocodilos e hipopótamos principalmente na albufeira quando as pessoas estão a pescar (APNL, informação verbal, 2025)<sup>5</sup>. Tratam-se de comunidades que vivem na base de agricultura, pecuária e pesca, e nessas atividades há sempre um atrito que acaba gerando CHFB porque as culturas são atacadas por elefantes e as criações domésticas são atacados por leões.

### **Fatores de origem dos conflitos Homem-fauna bravia no PNAM**

Vários fatores estão na origem dos CHFB no PNAM, a destacar:

- **A ocupação desordenada da terra aliada à falta de iluminação nas residências**

De acordo com AP (Informação verbal, 2025), “a falta de ordenamento territorial aliada à falta de iluminação nas residências constitui um dos fatores que causam CHFB”. As residências estão fixadas de forma desordenada e as mesmas são rodeadas por mata que faz com que os animais bravios não sintam a presença humana. Nesta perspectiva, Conjo *et al.* (2022) referem que em Moçambique, o aumento da procura de lugar para habitação, o transpasse da terra pelas comunidades sem conhecimento das autoridades locais e sem cumprimento da legislação sobre o ordenamento territorial, provoca a ocupação desordenada de terra, que por sua vez cria degradação do meio ambiente e conflitos socioambientais.

Ao contrário de Moçambique, em outros países da região são estabelecidas áreas para diversos usos da terra como: florestas, fauna, minas, agricultura, pecuária, turismo e conservação, devidamente delimitadas, demarcadas, e identificadas em

---

<sup>5</sup> APNL (Administração do Parque Nacional de Limpopo). Entrevista concedida no dia 15 de agosto de 2025, no Parque Nacional de Limpopo, Distrito de Massingir, Província de Gaza, Moçambique

mapas analógicas e digitais, que são distribuídas nas províncias, distritos, localidades e postos administrativos reduzindo deste modo potenciais CHFB (Moçambique, 2009).

Por outro lado, a falta de iluminação durante a noite faz com que os animais não sintam a presença humana, fato que contribui para a invasão destes (elefantes) nas habitações humanas. Neste contexto, Barghini & De Medeiro (2006) referem que, mamíferos e outras espécies com sistema cerebral mais desenvolvido, registram reações mais articuladas em relação à iluminação artificial, pois, para muitos mamíferos, a iluminação artificial representa um sinal de ocupação humana, fato que pode representar um atrativo ou uma barreira para o animal.

Para o caso específico do elefante, a falta de iluminação artificial nas residências durante a noite constitui um grande atrativo para a invasão destes animais as residências provocando, desta forma, conflitos com os humanos. Esta situação deve-se ao fato dos elefantes terem uma visão mais nítida na escuridão em relação a claridade, o que facilita a sua percepção em relação a movimentação de pessoas.

- **Traumas deixados pela Guerra aos elefantes em particular**

A informação obtida com o FP (Informação verbal, 2025) mostra que “os elefantes do parque são agressivos, atacam o Homem sempre que o encontram, porque durante a guerra dos 16 anos, entre a Frelimo e a Renamo, os elefantes eram caçados e mortos pelos militares de ambas as forças para servir de alimento destes”.

A guerra civil dos 16 anos que aconteceu no país, entre as forças da Frelimo e da Renamo, não só teve impactos negativos sobre o ser humano e seus bens, como também afetou negativamente as AC's do país, influenciando na perda da biodiversidade no geral e, particularmente na redução da população da fauna bravia. Sobre o fato, Liesegang (2011) *apud* Cuco (2011) afirma que, em Moçambique, nas últimas fases da guerra da libertação nacional (1962-1974), bem como durante a guerra dos 16 anos, houve um abate indiscriminado de animais da fauna bravia por combatentes de ambas as partes em conflito armado e caçadores.

Neste contexto, Douglas-Hamilton (1983) *apud* UICN (2003) refere que, em áreas onde existe uma grande presença militar, que normalmente os militares andam armados, e muitas vezes vivendo com abastecimento alimentar limitado, são conhecidos como sendo áreas de alto risco para os elefantes, pois, estes tornam-se alvo de grande importância para alimentação. Esse fato revela que, os conflitos entre humanos e elefantes não só acontecem devido a competição pelos mesmos recursos (água e alimentos) importantes para a sobrevivência de ambos, assim como pela escassez de alimentos para os humanos, que não encontrando alternativas para saciar a sua fome, acabam recorrendo a caça de animais bravios dentre eles o elefante para a sua sobrevivência.

Portanto, o trauma e as memórias deixadas pela guerra dos 16 anos aos elefantes do PNAM, tornou-os agressivos, pois, estes vêem o ser humano como seu inimigo declarado, e tem tendência a ataca-lo sempre que o encontra durante seu percurso. Noutra perspectiva, Fustenburg (2010) entende que, os elefantes geralmente são passivos e movem-se lentamente, mas tornam-se severamente tensos e agressivos durante o cio e quando há crias no rebanho.

Entretanto, os elefantes do PNAM ainda têm memórias negativas do tempo da guerra dos 16 anos que assolou o país, tal como refere Eaza (2020) *apud* Roeder *et al.* (2024) ao explicar que, os elefantes possuem o maior volume de córtex cerebral disponível para processamento cognitivo, que os permite exercer e aprimorar habilidades que envolvem aprendizagem e memória e armazenar informações sobre os indivíduos da mesma espécie e do ambiente em que habitam.

Desta forma, tomando em consideração que os elefantes do PNAM têm memórias traumáticas relacionadas aos perigos que passaram, além da perda dos seus semelhantes abatidos por militares durante a guerra, aliado ao fato de que esses animais podem sentir emoções como dor e raiva, há uma razão para este comportamento agressivo para com os seres humanos, pois, quando se recordam de seus familiares mortos por humanos, sentem dor e raiva, o que faz com que esses elefantes ataquem as pessoas que cruzam o seu caminho.

- **Aumento de número de elefantes**

De acordo com AP (Informação verbal, 2025), no PNAM “o número de elefantes também aumentou”. Hanekom *et al.*, (2022) *apud* Tomás (2024) afirmam que, em 1972 na extinta Reserva Especial de Maputo, atual PNAM havia 350 elefantes, e em 2021 houve um aumento da população desta espécie para 898.

O aumento da população de elefantes no PNAM é um fator muito importante na ocorrência de conflitos com o Homem, uma vez que estes elefantes exploram novas áreas que acabam invadindo áreas de ocupação humana aumentando contato entre ambos (elefante, Homem) que, conseqüentemente, gera conflito. De acordo com UICN (2003), o aumento de níveis de conflito entre humanos e elefantes é causado por sobrepovoamento de elefantes e aumento da frente de contato entre estes elefantes e humanos.

- **A busca pela alimentação**

Segundo AP (Informação verbal, 2025), “os elefantes sabem que a mandioca e a batata-doce são mais nutritivas em relação a vegetação do parque”. Os elefantes buscam outras fontes de alimentos mais nutritivos e agradáveis ao paladar, situação que os obriga a invadir campos agrícolas e atacar as culturas, colocando-os em conflito com o ser humano. Neste sentido, a fauna bravia, para sobreviver tem sido forçada a fazer incursões nos campos de produção dos camponeses onde os herbívoros, tais como, elefante, búfalo, javali e macaco devoram, por exemplo, o milho e a mandioca da população (Moçambique, 2009).

Os elefantes têm uma alimentação mista, composta por ervas, cascas, folhas e frutas, fato que contribui para estes consumirem alguns produtos agrícolas. Tomás (2024) e Clavete (2014) afirmam que, a dieta de um elefante inclui gramíneas, ervas, cascas, frutas e folhas de árvores, ramos, raízes, arbustos e pequenas árvores. Entretanto, os elefantes do PNAM, saem do parque a busca de alimentos nutritivos. Neste contexto, Clavete (2014) explica que, geralmente os elefantes selecionam plantas mais nutritivas e palatáveis; podem alimentar-se desde o nível do solo até 6 m de altura e os machos podem até derrubar algumas árvores de maior altura.

Os elefantes têm preferência por alimentos ricos em açúcar tais como frutas (banana) e vegetais cultivados (feijão e milho). Entretanto, os elefantes têm a capacidade de distinguir alimentos ricos em açúcar dos alimentos pobres em açúcar só pelo cheiro, pois, estes têm um dos olfatos mais potentes do reino animal podendo farejar até 19 km de distância (Ball *et al.* 2022; Fundação Kissama, 2025).

Não há dúvida que as preferências alimentares dos elefantes estão no topo da motivação das invasões dos campos cultivados e conseqüente destruição de plantações.

Uma estratégia usada para reduzir o ataque das plantações por elefantes é intercalar culturas não palatáveis tais como: camomila, coentro, hortelã, gengibre, cebola, alho, capim-limão e árvores cítricas com as culturas palatáveis (Shaffer *et al.*, 2019). No entanto, Ball *et al.* (2022) contrariam este fato referindo que, os elefantes

da savana africana podem usar a potência do seu olfato para escolher seus alimentos preferidos mesmo quando mascarados com odores de alimentos não preferidos.

A partir das afirmações acima conclui-se que, não existe nenhuma garantia de que camuflar culturas preferidas e agradáveis para os elefantes com culturas não preferidas e desagradáveis pode reduzir o ataque as plantações. No entanto, a melhor forma de reduzir o ataque as culturas com base nas preferências alimentares dos elefantes é mudar o tipo de plantações, optando por aquelas que desagradam os elefantes tal como no Parque Nacional de Kakum (Gana) que é fortemente habitado por elefantes. Na zona tampão deste parque são promovidas culturas como cacau, pimentas e gengibre por não serem consumidas por elefantes, criando uma mudança da agricultura de subsistência para agricultura comercial (Kouely, 2023).

Para a UICN (2023), as culturas domesticadas foram selecionadas pelos animais herbívoros ao longo de milênios por ter alto valor nutricional, em relação às plantas selvagens, e os elefantes têm como alvo as culturas de alta energia tais como: cereais, arroz, trigo, milho e sorgo, e muitos tipos de hortaliças e frutas altamente nutritivas e esperam até que as culturas estejam maduras para se alimentar delas.

- **Falta de cercas que protejam as machambas (campos agrícolas)**

Segundo AP (Informação verbal, 2025), “as machambas não têm cercas”. A falta de cercas nas machambas (campos agrícolas) facilita a entrada dos elefantes nestas e a consequente destruição das culturas agrícolas. Embora cercar campos agrícolas não seja uma prática frequente no país, esta torna-se necessária para quem reside e têm machamba dentro ou próximo à uma área de conservação para protegê-las dos ataques dos elefantes. Sobre esta prática, Shaffer *et al.* (2019) referem que, métodos de exclusão física como cercas elétricas e trincheiras são frequentemente usados para impedir que os elefantes entrem em terras agrícolas e nos assentamentos humanos. Entretanto, os elefantes testam as medidas implementadas para obter acesso aos recursos desejados.

## **Impactos do conflito Homem-fauna bravia sobre as pessoas e sobre os animais no PNAM**

Os impactos gerados pelos CHFB no PNAM podem ser classificados de impactos diretos e se destacam os seguintes: destruição de culturas agrícolas, ferimento e morte dos membros da comunidade. Neste sentido, no parque “há destruição das culturas agrícolas que corresponde a um rendimento de três meses numa única noite e não há compensação pelos danos causados” (AP, Informação verbal, 2025). Para além da destruição de culturas foi registado também que “há morte e ferimento de pessoas da comunidade protagonizados por elefantes” (FP, Informação verbal, 2025)<sup>6</sup>. Os seguintes impactos são de maior realce:

- **Destruição de culturas:** os elefantes do parque, invadem os campos de produção durante a noite e destroem as culturas agrícolas, causando perda de rendimento aos agricultores que veem a produção equivalente a três meses destruída numa única noite. Sobre o fato, Cardoso & Mkanage (2023) referem que, os impactos diretos causados por elefantes são os seguintes: destruição de culturas agrícolas, danos à criações de animais domésticos e à propriedades (casas). Entretanto, Tomás (2024) acrescenta que, os elefantes criam impactos negativos nas plantas através de quebra de galhos/caules, descascamento, arrancamento e derrube de árvores; e dentro e fora do PNAM os elefantes destroem as culturas agrícolas.

---

<sup>6</sup> FP (Fiscais do Parque). Entrevista concedida no dia 28 de Agosto de 2025, no Parque Nacional de Maputo, Distrito de Matutuine, Província de Maputo, Moçambique

Os elefantes são considerados a maior ameaça para agricultores africanos, pelo fato de, numa única incursão noturna, principalmente quando estão em bandos, estes podem destruir completamente um campo agrícola, e a maioria dos agricultores não consegue lidar sozinho com os danos criados por estes (Kouely, 2023). No entanto, a destruição de plantações e danos às colheitas estão ligados ao comportamento dos elefantes machos que procuram colonizar novos territórios, enquanto as fêmeas preferem se manter longe das áreas habitadas por humanos (Kouely, 2023; Roeder *et al.* 2024). Desta forma, na resolução do problema de conflitos entre humanos com elefantes é necessário conhecer o comportamento do animal para facilitar a busca por soluções eficientes.

A ocorrência e a frequência de danos às plantações depende de fatores como disponibilidade, natureza das fontes alimentares da região e a plantação em questão em comparação com outros alimentos naturais disponíveis na região (Kouely, 2023).

O autor ainda refere que, um fator óbvio que está por trás da destruição das plantações é a localização geográfica dos campos agrícolas, pois, áreas que fazem fronteiras ou circundam savana ou que estão no interior da área protegida são mais expostas a situações de conflitos, principalmente quando próximas dos corredores ecológicos que estes usam na sua mobilidade.

A destruição de plantações não constitui problema apenas para o PNAM, é problema para outros parques africanos, a título de exemplo pode-se citar os Parque Nacional Moukalaba-Doudou e Parque Nacional Lopé Okanga no Gabão onde os elefantes são considerados pesadelo diário para comunidades que vivem perto dessas duas áreas devido aos danos que criam aos humanos pela destruição de culturas agrícolas como banana, mandioca, abacaxi, cana-de-açúcar, inhame e outras (Kouely, 2023).

Comparando o PNAM com os Parque Nacional Moukalaba-Doudou e Parque Nacional Lopé Okanga, nota-se que existem fatores em comum por trás dos conflitos entre humanos com elefantes que são as questões da localização dos campos agrícolas em relação aos parques, pois, estes encontram-se na zona tampão muito próximo dos parques e os tipos de plantações cultivadas, pois, ambas áreas cultivam mandioca, cana-de-açúcar e bananas.

Neste caso de destruição das culturas agrícolas e de qualquer outro bem material, o parque não compensa pelos prejuízos causados, porque a lei não prevê compensação às vítimas pelos danos criados por CHFB. Entretanto, Julião (2024) refere que, é comum o pagamento por danos causados por espécies grandes ou predadoras protegidas, mas em Moçambique, não existe uma lei que legitima a efetivação de compensações pela perda de gado e ou culturas protagonizadas por animais bravios protegidos.

Desta forma, Shaffer *et al.* (2019) referem que, a compensação adequada e oportuna pelas perdas econômicas resultantes de ataques às culturas, poderia contribuir para uma maior tolerância para com os elefantes e aceitação de dissuasores baseados na agricultura.

Os esquemas de compensação, muitas vezes visam o preço de mercado para vítimas que perderam colheitas e gado, mas sem o reconhecimento dos custos de oportunidade do conflito referentes aos esforços e custos para mitigação do conflito e transação para obter compensação, ou os custos ocultos do declínio do bem-estar psicossocial e social devido à restrição dos movimentos das pessoas, e noites sem dormir para guarnecer as propriedades (Hoare, 2000).

Em locais onde são pagas as compensações pelos danos criados por elefantes, os esquemas destas compensações precisam ser justos e transparentes, devem

incluir todos os custos que as vítimas sofreram e não limitar-se apenas aos danos materiais visíveis, para que estas (compensações) possam surtir efeitos desejados.

- **Ferimento e morte de pessoas:** assim que um indivíduo cruzar caminho dos elefantes, estes atacam-no. Este ataque resulta em ferimento ou morte da vítima. Nesta perspectiva, Cardoso & Mkanage (2023) referem que, os impactos diretos causados por elefantes são ferimentos corporais e morte humana. A Resolução n.º 58/2009 de 29 de dezembro destaca que, os grandes impactos do CHFB estão relacionados com a perda de vidas humanas que se tem verificado um pouco por todo o país, assim como a perda de vários hectares de culturas agrícolas, animais domésticos e outros bens da população (Moçambique, 2009).

Esta situação é bastante triste para a comunidade que perdeu seu provedor de sustento, e principalmente para a sua família dado que este deixa um grande vazio no seio familiar. No caso de morte do principal provedor da família, esta família fica em situação bastante complicada, que em algum momento, as crianças são obrigadas a abandonarem a escola para trabalharem em busca de auto-sustento, uma vez que o parque apenas custea as despesas fúnebres, mas não indemniza a família do falecido. Trata-se de uma realidade que contrasta com a ideia do Julião (2024) ao referir que, várias nações compensam a perda de vidas humanas resultante de conflito Homem-Fauna Bravia.

No entanto, Shaffer *et al.* (2019) mencionam que, existem dificuldades na colocação do valor econômico para fornecimento da compensação adequada para humanos feridos ou mortos por elefantes. As compensações não vão reparar os estragos causados pela deficiência adquirida durante o ataque pelos elefantes e nem vão ressuscitar as pessoas que foram mortas pelos elefantes, mas, estas ajudam a aliviar as despesas que eram feitas por aquele indivíduo que se tornou incapaz de trazer sustento para a sua família.

Por outro lado, os animais da fauna bravia também sofrem impactos negativos desse conflito, pois estes animais são abatidos para proteger as pessoas e seus bens. Segundo o administrador do PNAM, “em casos extremos de conflito, os elefantes são abatidos” (AP, Informação verbal, 2025).

O abate de animais bravios problemáticos para defender as pessoas e seus bens é legal, mas há casos em que os animais são abatidos ilegalmente pelas comunidades afetadas em retaliação dos danos por estes criados. Neste sentido, o PNAM não constitui nenhuma exceção, embora os elefantes são abatidos de forma legal não deixa de impactar negativamente na espécie. No entanto, UICN (2003:34) refere que, “em áreas onde já existem incidentes de conflitos entre os elefantes e humanos, poderá se proceder ao abate legal ou ilegal de elefantes como forma de proteger vidas humanas e propriedades”.

### **Medidas para a redução dos CHFB no PNAM**

No que diz respeito às medidas para a redução dos CHFB, AP (Informação verbal, 2025) referiu que “são aplicadas as seguintes medidas: afugentamento, abate de animais problemáticos, vedação dos campos de produção agrícola e do Parque”. Consta também na Resolução n.º 58/2009 de 29 de dezembro que, o ser humano sempre procurou formas de defender-se dos animais bravios, tais como: afugentamento, construção de barreiras, colocação de espantalhos, vedação de suas habitações e culturas agrícolas, e abate de animais ferozes (Moçambique, 2009).

- **Afugentamento:** este é feito pelos fiscais do parque através do uso de armas de fogo que disparam ao ar para assustar os animais envolvidos nos conflitos e pelos fiscais comunitários que usam armas PVC. Entretanto, Chongola (2024) aborda que,

para o afugentamento de animais são usadas armas de fogo e armas de piri-piri, barulho ou batucadas, fogueiras acesas nas periferias dos campos agrícolas.

Os agentes de fiscalização comunitária para o afugentamento de animais dentro das comunidades são formados pelo PNAM. Esta situação entra em conformidade com a lei sobre representação e atuação das comunidades locais (Boletim da República, 1997), que no seu artigo n.º 30 refere que “com vista a garantir a participação das comunidades locais e a utilizar adequadamente os seus conhecimentos e recursos humanos, o governo em coordenação com autoridades locais promove a criação de agentes de fiscalização comunitários”.

As técnicas de afugentamento (halofotes, lâmpadas de querosene, sirenes, disparadores tradicionais de ruídos feitos com tubos de bambú cheios de acetileno) são eficazes em manter os elefantes longe das plantações (Hedges e Gunaryadi, 2009, mas perturbam o bem-estar psicossocial e as atividades de subsistência dos agricultores (Jadhav e Barua, 2012; Barua *et al.*, 2013).

Porém, estas técnicas de afugentamento têm eficácia muito limitada, a um prazo de tempo muito curto, porque assim que os efeitos deste afugentamento passarem, isto é, o fogo apagar, os tiros e o barulho pararem e o efeito do piri-piri acabar, os elefantes tendem a retornar aos campos agrícolas e atacar plantações. Outro problema do afugentamento é o fato deste ser mais funcional durante o dia em relação a noite, devido a movimentação de pessoas, que assim que avistarem elefantes acionam as medidas para o seu afugentamento, mas, durante a noite está muito calmo porque a maioria das pessoas estão dormindo e não percebem que os elefantes invadiram os campos agrícolas.

O afugentamento também torna os elefantes muitos agressivos, porque quando afugentados dos campos agrícolas, estes fogem de forma aleatória e acabam invadindo áreas residenciais, onde também são afugentados dessas áreas, deixando-os sob efeito de estresse muito elevado que acabam ficando muito agressivos criando desta forma mais conflitos por onde passam.

No entanto, Ferrel e Guy (2002), Tammy *et al.* (2011) apud Erukwa (2017) referem que, o barulho faz os elefantes correrem e escaparem de forma descontrolada, destruindo mais colheitas e criando mais conflitos com os agricultores rurais. A título de exemplo, pode se citar o Parque Nacional de Limpopo (PNL), que segundo (APNL, informação verbal, 2025), os elefantes e búfalos, quando afugentados de uma determinada área agrícola, estes fogem para outras áreas agrícolas onde destroem plantações e atacam pessoas que se encontram a trabalhar no momento da invasão.

- **Abate de animais problemáticos:** em casos extremos destes conflitos, os animais problemáticos que neste caso são elefantes são abatidos por pessoal da fiscalização devidamente autorizados. Neste contexto, a lei moçambicana de florestas e fauna bravia, no seu artigo n.º 25, estabelece que, é permitida a caça de animais bravios em defesa de pessoas e bens, quando não seja possível o afugentamento ou captura (Moçambique, 1999). De acordo com ANAC (2024), no ano 2024, 81 animais dentre os quais os elefantes foram abatidos na província de Maputo em consequência de CHFB.

Em África, e em muitos países do mundo, os elefantes problemáticos associados aos episódios de morte de pessoas e destruições repetidas de plantações agrícolas são frequentemente abatidos. Entretanto, no continente africano, as práticas de abate de elefantes têm raízes históricas, desde o período pré-colonial bem como no período colonial, onde os elefantes eram caçados para reduzir concorrência pelos

recursos, apoiar a segurança alimentar através do fornecimento da carne do elefante as comunidades locais e do marfim para o comércio (Shaffer *et al.*, 2019).

Para o caso específico de Moçambique onde se localiza o PNAM, Chiúre (2019) refere que, no período colonial, grande número de elefantes foi abatido para extração do marfim e da pele para trocas comerciais com os países da Europa e Ásia.

Neste contexto, nota-se que o abate de elefantes no continente africano não é uma prática recente e não está limitada apenas a defesa de pessoas e seus bens, e a redução pela concorrência dos recursos, como é o caso de Moçambique que os elefantes foram abatidos para extrair a pele e o marfim para exportação. Para o caso específico do PNAM, durante a guerra dos 16 anos em Moçambique, os elefantes eram abatidos por militares de ambas as forças (Frelimo e Renamo) para satisfazer as suas necessidades alimentares, e actualmente o abate visa reduzir o conflito entre humanos e elefantes. No entanto, importa recordar que no PNAM, o abate ainda acontece como medida estratégica adoptada para minimizar o CHFB quando afirmam que fazem o “Abate de elefantes considerados “problemáticos” na zona tampão do Parque” (PNAM, 2025:24).

Embora o abate de elefantes problemáticos pelas autoridades que gerem a vida selvagem é uma prática comum e aceitável em vários países do mundo, especialmente porque as comunidades locais afectadas por conflitos Homem-elefantes encara esta prática de forma positiva como meio retaliação dos danos criados por estes animais (Erukwa, 2017), a sua eficácia na mitigação dos conflitos é questionável e controversa, pelo fato deste envolver principalmente elefantes machos por ser a espécie mais envolvida nos conflitos criando vários danos (Shaffer *et al.*, 2019). O abate não é uma medida eficaz na resolução dos conflitos Homem-elefante, mas torna-se relevante na melhoria da relação e confiança entre gestores da vida selvagem e as comunidades locais (Erukwa, 2017).

- **Vedação dos campos agrícolas:** para proteger os campos de produção agrícola do ataque dos elefantes, algumas comunidades fazem vedação dos mesmos usando paus. Estas vedações têm se mostrado eficazes na redução de invasão aos campos por elefantes e, conseqüentemente, na destruição de culturas agrícolas. Nesta perspectiva, a Resolução n.º 58/2009 de 29 de dezembro refere que, as vedações podem ser construídas à volta de aglomerados populacionais, nos campos agrícolas, nas zonas de maior atividade humana, bem como ao longo dos rios e lagoas (Moçambique, 2009).

King *et al.* (2017) referem que, colocar colmeias nas cercas dos campos agrícolas é muito eficiente na redução de conflitos entre humanos e elefantes, pelo fato dos elefantes geralmente terem medo das abelhas porque podem atacá-los. No entanto, para garantir esta eficiência é necessário que as colmeias fiquem suspensas em um arame da cerca bem preso, para que possam balançar livremente quando o elefante tocar o arame da cerca perturbando e liberando abelhas, bem como formação adequada dos usuários sobre gestão de colmeias para garantir que abelhas colonizem adequadamente estas colmeias (Erukwa, 2017). Desta forma, a colocação de colmeias nas cercas, não só reduz o ataque das plantações por elefantes, como também gera renda através da produção de mel que pode ser consumido ou vendido. Este método é vantajoso por ser barato e facilmente acessível (Erukwa, 2017).

A partir dos pontos mencionados anteriormente, nota-se que, cercar os campos agrícolas constitui uma grande valia na redução dos danos à plantações. No entanto, cercar campos agrícolas não é suficiente para reduzir ataque as plantações porque os elefantes são animais muito inteligentes, com capacidade de aprender novos comportamentos, pois, estes procuram aprender formas de destruir cercas para ter

acesso aos recursos desejados, razão pela qual, conjugar cercas com outras técnicas é fundamental para ter sucesso a longo prazo.

Assim, apostar na colocação de colmeias nas cercas trazem dupla vantagem para os agricultores porque protegem as machambas (campos agrícolas), assim como proporcionam uma renda extra através da produção do mel que pode ser consumido ou comercializado por ser um produto muito apreciado nos mercados nacionais e internacionais. Entretanto, Kouely (2023) menciona que, as cercas não garantem proteção completa contra o comportamento de certas espécies de animais e geralmente exigem mão-de-obra adicional dos agricultores. Certas substâncias químicas têm um efeito repelente real sobre elefantes, por exemplo: resina de capsaicina extraída de pimentas (*Capsicum sp.*) causa irritação e queimação extremamente desagradáveis para os elefantes. Esta pode ser usada de várias formas tais como: impregnar corda com extratos de pimenta malagueta; fazer tijolos de esterco com pimenta e queimar à beira dos campos agrícolas para liberar muita fumaça com forte cheiro de pimenta que irrita os elefantes; *spray* de pimenta; fazer granadas de pimenta que são lançadas contra elefantes, estas explodem e liberam pimenta.

Um exemplo de sucesso na redução de conflitos Homem-elefante é o do uso de repelentes à base de pimentas, evidenciando-se o caso do Parque Nacional de Kakum (Gana), onde a destruição de culturas agrícolas pelos elefantes era muito intensa, mas, com a introdução de repelentes a base de pimenta (tijolo de esterco com pimenta) nos campos agrícolas, as destruições reduziram de forma significativa ao ponto dos agricultores colherem por hectare sete sacos de milho em comparação a meio saco colhido antes da introdução deste repelente (Kouely, 2023).

Porém, Baishya *et al.* (2012) mencionam que, métodos a base de pimentas têm elevados custos econômicos para sua aplicação e manutenção, tornando-se proibidos para comunidades com baixa renda, isto é, beneficiam um grupo limitado de pessoas excluindo pessoas com baixa renda porque não conseguem adquiri-los.

Comparando o PNAM com o Parque Nacional de Kakum, nota-se que agricultores protegem os seus campos agrícolas dos ataques de elefantes com medidas completamente diferentes, tanto nos custos de aquisição e manutenção, assim como na questão de abrangência das medidas a todos agricultores, fato que orienta a uma compreensão do fenômeno para a adequação de ações contextualizadas as capacidades locais.

- **Vedação do Parque:** uma área do PNAM foi vedada para impedir que os animais bravios saiam do mesmo e perturbem o ambiente fora deste parque. Esta ação vai ao encontro do disposto na Resolução n.º 58/2009 de 29 de dezembro ao destacar que a construção de barreiras artificiais como vedações a volta das AC's (Parques, Reservas e Fazendas do bravio) para confinar a fauna bravia pode efetivamente evitar o contato entre o Homem e a fauna (Moçambique, 2009).

Entretanto, AP (Informação verbal, 2025) afirmou que, as cercas no parque não são eficientes para impedir a saída dos elefantes, porque estes arremtam os fios da cerca e saem do parque. Neste contexto, Kouely (2023) refere que, embora as cercas sejam um dos meios de gerir CHFB, elas não são 100% eficazes.

Ainda no contexto de vedação das áreas de conservação para impedir a saída dos elefantes, um estudo feito numa área de conservação do Quênia, mostrou que, ao anoitecer um grupo de dez elefantes machos aproximou-se da cerca elétrica, curvando suas trombas acima da cabeça, permanecendo imóveis e farejando o ar, quando de repente um elefante macho maior caminhou em direção aos fios e puxou-os de forma repetida até a cerca ceder, e cuidadosamente passou por cima dos fios e

os outros o seguiram, tendo deixado para trás a área de conservação e deslocando-se em direção a uma área de plantações (Evans & Adams, 2018). Os autores acrescentam que, os elefantes destruíam cercas elétricas muito próximo as plantações e em locais onde a voltagem era baixa, porque o risco de choque elétrico seria muito menor em relação a áreas da cerca com grande voltagem.

Este estudo mostra, mais uma vez que, cercar áreas de conservação não garante o confinamento total dos elefantes, apenas retarda a sua saída e o posterior ataque aos campos agrícolas, e também a capacidade que estes têm de detectar a existência de plantações agrícolas a distância e de racionalizar o tempo de atuação, uma vez que estes focam apenas na destruição de cercas em áreas do parque ou reserva que estão relativamente mais próximas das áreas de cultivo, ao invés de destruir todas cercas da área de conservação ou de forma aleatória. O estudo também revela a capacidade que os elefantes têm de reconhecer o perigo que uma cerca elétrica carrega e o poder de contorná-lo de forma cuidadosa. Este aspecto é notório, igualmente, no PNAM. Um vídeo disponível no Facebook do PNAM, do dia 27 de maio de 2025, mostra o derrube da cerca e o trabalho desenvolvido pelo PNAM na manutenção desta infraestrutura.

A partir destes estudos do PNAM e da área de conservação do Quénia, pode-se concluir que na resolução dos conflitos entre humanos e elefantes, torna-se indispensável o conhecimento sobre o comportamento do elefante para o desenho de estratégias eficazes e eficientes de gestão de conflitos a longo prazo. No entanto, Cavalcanti *et al.*, (2015) mencionam que, a cerca elétrica é método racional com potencial de exclusão de predadores sem a necessidade de eliminá-los, pois, esta preveni ou reduz o acesso de predadores a criações domésticas. Apesar das cercas elétricas e não elétricas serem métodos de exclusão racional que não envolvem abate dos animais, os seus usos não são 100% eficazes e eficientes na resolução dos conflitos entre Humanos e elefantes, uma vez que os elefantes aprendem formas de destruí-las e sair do confinamento e os custos elevados para manutenção destas tornam-se um grande desafio e obstáculo para sua reposição quando destruídas ou degradadas, tal como refere Erukwa (2017) que, o custo de construção e manutenção de cercas elétricas é alto, razão pela qual este método é viável em áreas de conservação com recursos financeiros adequados. Contudo, não se deve ignorar o papel que estas desempenham no confinamento dos elefantes, apesar de que pode ser a curto prazo quando não reabilitada após ser danificada.

O uso de vedação nas AC's traz consigo um outro problema para a fauna bravia porque dificulta a migração dos animais, que segundo Kouely (2023), a vedação de parques e reservas pode afetar a dinâmica dos animais selvagens e dificultar a migração natural, e os comportamentos de dispersão.

Lee & Graham (2006) apud Shaffer *et al.* (2019) referem que, as barreiras físicas (cercas elétricas ou simples, redes) afetam negativamente a sobrevivência dos elefantes a longo prazo por interromper o movimento e acesso aos recursos sazonais (alimentos e água) e o fluxo genético entre as manadas.

Como se pode notar, a vedação de uma área de conservação traz consigo impactos que podem ser positivos ou negativos. No que concerne aos impactos positivos referem-se a redução de conflito entre humanos e elefantes através do confinamento dos elefantes; e os negativos são referentes aos problemas que o confinamento trás para os elefantes pelo fato de limitar a movimentação destes de uma área de conservação para outra dentro dos limites de áreas de conservação transfronteiriça, prejudicando desta forma os padrões de migração dos elefantes e a

socialização destes com outros indivíduos da mesma espécie fora do seu habitat natural.

### Considerações finais

A implantação e gestão do PNAM é um fator de interferência nos modos de vida das pessoas que residem no interior e ao redor do parque, uma vez que ele foi concebido numa área onde já residiam pessoas. Conseqüentemente, um dos resultados dessa coexistência são os conflitos entre as comunidades e os elefantes, e entre as comunidades e a administração do parque (entidade protetora da fauna e flora existente), porque os elefantes invadem residências e campos de produção agrícola criando danos e pânico nas comunidades, fato que exige melhor controle das autoridades competentes para a sua proteção e dos meios de vida destas.

Os principais fatores analisados que influenciam a origem dos CHFB no parque são: a ocupação desordenada da terra aliada à falta de iluminação nas residências; os traumas deixados pela Guerra aos elefantes em particular; ordenamento territorial, o aumento de número de elefantes e a busca pela alimentação por estes.

Os CHFB geram impactos diretos que se resumem na destruição de culturas e infraestruturas, ferimento, traumas e morte de pessoas. Para a resolução desses conflitos, são adotadas medidas como afastamento, abate de animais problemáticos, vedação dos campos agrícolas e vedação do Parque.

Entretanto, a adoção de medidas para a redução dos CHFB constitui um grande desafio para o parque e para as comunidades, porque não existe uma técnica ou prática de manejo totalmente eficaz uma vez que, por exemplo, os elefantes adotam outros mecanismos para saírem do parque e invadirem os campos de produção agrícola e residências, sendo que, a melhor opção é sempre fazer a combinação de diversos métodos para a solução deste problema. Para o efeito, a articulação das partes envolvidas e afetadas, em busca de soluções eficazes, é uma premissa necessária para que a coabitação Humanos e animais seja menos impactante.

Este estudo não abarcou dimensões que poderão ser exploradas por outras pesquisas no que concerne à metodologia adotada para quantificar/reportar os conflitos no PNAM e a perspectiva das partes afetadas (comunidades no interior e zona tampão) sobre a percepção e quantificação destes impactos no seu cotidiano. Uma percepção integral poderá ajudar na formulação de políticas públicas que contribuam para melhorar a gestão do Parque e das comunidades afetadas, incluindo a salvaguarda da presença de animais no seu habitat.

Daí que se recomenda o seguinte:

- O planejamento e o ordenamento territorial do parque que permitirá a delimitação e a definição de diversos usos de forma sustentável;
- Realização de estudos de comportamentos dos elefantes que pode permitir a busca de medidas de intervenção para a superação dos traumas derivados da guerra;
- O controle do crescimento do número de elefantes;
- Adoção de um sistema eficiente de monitoria da circulação dos elefantes;
- A gestão adequada do sistema de alimentação dos elefantes;
- A realização de encontros frequentes entre a administração do parque e as comunidades residentes afetadas para o desenho de atividades conjuntas para minimizar o problema.

A compreensão do processo de gestão dos conflitos homem-fauna bravia no Parque Nacional de Maputo exige que se tenha o conhecimento e o domínio das características desses conflitos que envolvem, para este caso, os elefantes e as

peças vivendo dentro e fora do parque, os fatores que influenciam a ocorrência dos conflitos e as medidas que são adotadas para a sua redução. Com efeito, a participação da comunidade afetada e da administração do parque configura-se como um caminho primário e ideal para a redução desses conflitos, não apenas no Parque Nacional de Maputo, mas também em todas as áreas de conservação do país.

### Referências

ANAC (Administração Nacional das Áreas de Conservação). **Balço de Atividades Anual 2023**. Maputo, 2024b

ANAC (Administração Nacional das Áreas de Conservação). **Balço de Atividades Anual**. Maputo. 2024a.

ANAC(Administração Nacional das Áreas de Conservação). **Parque Nacional de Maputo. Plano de manejo para o período 2023 – 2032**. Maputo. 2022.

ANAC (Administração Nacional das Áreas de Conservação). **Processo de participação pública para a Proclamação do Parque Nacional de Maputo e a candidatura a Sítio de Patrimônio Mundial da Humanidade: Documento com Informação de Base**. Maputo, s.d.

BALL, R. *et al.* **Acknowledging the Relevance of Elephant Sensory Perception to Human–Elephant Conflict Mitigation**. *Animals*. 12, 1018. 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/journal/animals>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BARGHINI, A.; DE MEDEIRO, B. **A iluminação Artificial e Impacto sobre o Meio Ambiente**. *S.I. Revista Brasileira de Ciências Ambientais – número 5*. 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BAISHYA, H. K. *et al.* **Use of Chilli Fences to Deter Asian Elephants - A Pilot Study**. *Gajah*. 36: 11-13. 2012. Disponível em: <https://asesq.org/PDFfiles/2012/Gajah%2036/36-11-Baishya.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2026.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Lei nº. 20/97 de 1 de outubro**. I Série, Número 40. Outubro. 1997.

CARDOSO, A. H.; MKANAGE, A. **Uso do Método de Trincheiras para Mitigação de Conflitos entre Ser Humano e Fauna Bravia na Reserva Especial do Niassa**. 2023. Disponível em: <https://momentum.emnuvens.com.br>. Acesso em: 25 nov.2025.

CAVALCANTI, S. M. C., *et al.* **Conflitos Com Mamíferos Carnívoros. Uma Referência para o Manejo e a Convivência**. São Paulo, CENAP/ISMBio, 2015.

CHIÚRE, C. A. M. **A Importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais, Escola Superior de Educação de Coimbra, 2019.

CHONGOLA, D. M. **Análise do Papel da Educação Ambiental na Redução do Conflito Homem Fauna Bravia no Parque Nacional de Maputo**. 2024, Monografia (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, licenciado, 2020.

CLAVETE, P. A. **Dinâmica Espacial da Interação entre Manadas de Elefantes na Reserva Florestal de Moribane – Província de Manica**. 2014, Projeto Final (Licenciatura) - Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, 2014.

CONJO, M. P. F.; SOUZA, P. P.; CHICHANGO, D. B. **Ordenamento Territorial Para Gestão do Uso e Ocupação da Terra em Moçambique- Aspetos Legais**. Revista IBERO, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br>. Acesso em: 25 nov.2025.

COSSA, C. S. S. **Contributo dos Parques e Reservas Nacionais para o Estudo do Património Cultural e Natural: Estudo Sobre o Parque Nacional de Maputo e Parque Nacional do Limpopo**. Monografia (Licenciatura) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, 2023.

CUCO, E. S. **Conflito Homem Fauna Bravia: Caso do Parque Nacional do Limpopo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, 2011.

DA SILVA, M. M. *et al.* **Unidades de Conservação e Comunidades Locais: Gestão de Conflitos e Instrumentos de Participação**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 24, n. 3, p. 208-218. ISSN 1983-036X. 2017. Disponível em: <http://www.univatas.br/revistas>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ENUKWA, E. H. **Human-Elephant Conflict Mitigation Methods: A Review of Effectiveness and Sustainability**. Journal of Wildlife and Biodiversity 1(2): 69-78. Arak University, Iran. 2017. Disponível em: <http://jwb.araku.ac.ir/>. Acesso em 28 jan 2026.

EVANS, L. A.; ADAMS, W. M. **Elephants as Actors in the Political Ecology of Human–Elephant Conflict**. Trans Inst Br Geogr. 43. 2018. Disponível em: <https://rgs-ibq.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/tran.12242>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FURSTENBURG, D. **Focus on the African Elephant (Loxodonta africana)**. GEO WILD CONSULT (PTY), Ltd. 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316165649\\_Focus\\_on\\_the\\_African\\_Elephant\\_Loxodonta\\_africana](https://www.researchgate.net/publication/316165649_Focus_on_the_African_Elephant_Loxodonta_africana). Acesso em: 21 de maio de 2026.

FUNDAÇÃO KISSAMA. **Guia Informativo sobre Elefantes-da-Floresta em Angola**. Luanda, Angola. 2025.

HEDGES, S.; GUNARYADI, D. **Reducing human–elephant conflict: do chillies help deter elephants from entering crop fields?** Fauna & Flora International, Oryx, 44(1), 139–146. 2009. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop->

[cambridgecore/content/view/617300F03A583C9D58E81FC9A81373E5/S0030605309990093a.pdf](https://www.cambridge.org/core/content/view/617300F03A583C9D58E81FC9A81373E5/S0030605309990093a.pdf). Acesso em: 21 de maio de 2026.

HOARE, R. **African elephants and humans in conflict: the outlook for co-existence**. Oryx v. 34, n 1. Cambridge University Press. 2000. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/oryx/article/african-elephants-and-humans-in-conflict-the-outlook-for-coexistence/EB064237B5D4B69D6E54B417110DCA3A>. Acesso em: 22 de maio de 2026.

JULIÃO, D. A. **Impacto do Boma na Redução do Conflito Homem-Fauna Bravia no Parque Nacional do Limpopo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, 2024.

KING, L. E. *et al.* **Beehive fences as a multidimensional conflict-mitigation tool for farmers coexisting with elephants**. Conservation Biology, v. 00, n. 0, p.1–10. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/313888699\\_Beehive\\_fences\\_as\\_a\\_multidimensional\\_conflict-mitigation\\_tool\\_for\\_farmers\\_coexisting\\_with\\_elephants](https://www.researchgate.net/publication/313888699_Beehive_fences_as_a_multidimensional_conflict-mitigation_tool_for_farmers_coexisting_with_elephants). Acesso em: 22 de maio de 2026.

KOUELY, D. **Approche Spatio-Temporelle des Conflits Hommes-Faune Sauvage dans les Aires Protegees de Lope-Okanda et de Moukalaba-Doudou (Gabon)**. Tese (Doutorado) - Laboratoire : Groupe de Recherche en Sciences Humaines et Sociales (GRESHS, ENS), École Doctorale des Grandes Écoles, 2023.

MOÇAMBIQUE. **Lei n.º 5/2017. Lei de Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica**. Boletim da República, I série, número 73, maio. 2017.

MOÇAMBIQUE. **Lei n.º 10/99. Lei de florestas e fauna bravia**. Julho.1999.

MOÇAMBIQUE. **Resolução n.º 58/2009. Estratégia de Gestão do Conflito Homem Fauna Bravia**. Boletim da República. Dezembro. 2009.

MODA, B. T. J. **Descrição dos Protocolos Anestésicos para a Imobilização de Carnívoros e Herbívoros Selvagens**. Maputo, 2023.

NYHUS, P. J. **Human–Wildlife Conflict and Coexistence**. Guest (guest) IP 197 23558 193. 2016. Disponível em: [https://rooiels.weebly.com/uploads/4/6/7/4/46744079/nyhus\\_2016.pdf](https://rooiels.weebly.com/uploads/4/6/7/4/46744079/nyhus_2016.pdf). Acesso em: 20 nov. 2025.

PARQUE NACIONAL DE MAPUTO. **Relatório anual de 2023**. Matutuíne: PNAM, 2024.

PARQUE NACIONAL DE MAPUTO. **Relatório anual de 2024**. Matutuíne: PNAM, 2025.

PEREIRA, S. E. M. **Conflitos Socioambientais e a Efetividade de Gestão de Unidades de Conservação: Um Pesquisa Exploratória**. Monografia (Bacharelato) - Universidade de Brasília, 2018.

ROEDER, J. V. de C. *et al.* **Comportamento de Elefante 2024**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/381243781\\_COMPORTAMENTO\\_DE\\_ELEFANTE](https://www.researchgate.net/publication/381243781_COMPORTAMENTO_DE_ELEFANTE). Acesso em: 20 nov. 2025.

SAL; & CALDEIRA ADVOGADOS, LDA. **Manual sobre a Aplicação da Lei de Conservação**. Maputo, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.biofund.org.mz>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SHAFFER, L. J. *et al.* **Human-Elephant conflict: a review of current management strategies and future directions**. *Frontiers in Ecology and evolution*. 2019. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

SOUZA, A. L. M. *et al.* **Coexistência entre humanos e carnívoros: uma revisão de técnicas de minimização de conflitos com animais selvagens**. *Natural Resources*, v.14, n.1, p.12-22. 2024. Disponível em: DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2237-9290.2024.001.0002>. Acesso em: 20 nov. 2025.

TOMÁS, B. da G. E. **Avaliação do impacto do Elefante (*Loxodonta africana*, Blumenbach, 1797) na estrutura e composição da vegetação no Parque Nacional de Maputo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, 2024.

UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza). **Diretrizes da UICN CSE sobre conflitos e coexistência entre humanos e animais selvagens**. 1ª edição. Gland, Suíça: UICN, 2023. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2023-009-Pt.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza). **Diretrizes para a translocação in situ de elefantes africanos para fins de conservação**. UICN, Gland, Switzerland and Cambridge, UKx +58pp, 2003. Disponível em: <https://portals.iucn.org>. Acesso em: 15 nov. 2025.

#### Fontes orais (entrevista)

Código	Ocupação	Data da entrevista	Local da entrevista
AP	Administrador do PNAM	28 de Agosto de 2025	PNAM
FP	Fiscal do PNAM	28 de Agosto de 2025	PNAM
APNL	Administração do PNL	15 de Agosto de 2025	PNL

#### Informações complementares

Descrição	Declaração
Financiamento	Não se aplica.

Aprovação ética		Não se aplica.
Conflito de interesses		Não há.
Disponibilidade dos dados de pesquisa subjacentes		O trabalho não é um <i>preprint</i> e os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis.
Uso de Inteligência Artificial		Não há.
CrediT	Mirza Mussagy Fajalbay Jumá	Funções: conceitualização, curadoria, investigação, análise formal, metodologia e escrita – revisão e edição.
	Hélsio Amiro Motany De Albuquerque Azevedo	Funções: análise formal, curadoria de dados, investigação, supervisão e revisão.
	Mussá Abdul Remane	Funções: curadoria, análise formal, investigação e escrita-revisão e edição.

Avaliadores: Dra. Ana Catarina Alves Coutinho\* (Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, Brasil). O avaliador “B” optou pela avaliação fechada e pelo anonimato.

Revisor do texto em português: Poliana Alves Brito.

Revisora do texto em inglês: Poliana Alves Brito.

Revisora do texto em espanhol: Graziani França Claudino de Anicézio.

#### Como citar (ABNT):

JUMÁ, Mirza Mussagy Fajalbay; AZEVEDO, Hélsio Amiro Motany De Albuquerque; REMANE, Mussá Abdul. Gestão de conflitos homem-fauna bravia nas áreas de conservação em Moçambique: caso do Parque Nacional de Maputo. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 10, p. e1995, 2026. DOI: 10.47236/2594-7036.2026.v10.1995. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/1995>.

\* Optou pela avaliação fechada e autorizou somente a divulgação da identidade como avaliadora no trabalho publicado.